


Um Brasil mais pobre vai às urnas

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Indicadores como desemprego, dólar e PIB mostram que, há quatro anos, a crise não estava tão presente no cotidiano do brasileiro como agora. Cesar Itiberê/Fotos Públicas

Desemprego atinge 13 milhões de brasileiros Por Fernando Caulyt O Brasil que vai às urnas em 2018 é bem diferente do País de 2014. Indicadores como desemprego e Produto Interno Bruto (PIB) mostram que, há quatro anos, a crise não estava tão presente na vida do brasileiro como está atualmente, às vésperas de um dos pleitos mais conturbados da história do país. De acordo com um estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), atualmente, 11,2% da população brasileira, ou seja, 23,3 milhões de pessoas, um número maior do que a população do Chile, por exemplo, vive abaixo da linha de pobreza (232 reais por mês). A miséria subiu 33% entre 2014 e 2017, quando surgiram 6,3 milhões de novos pobres. "O ano de 2014 era o período pré-crise, e o governo não mediu esforços em termos de gastos para promover um quadro econômico mais atraente do ponto de vista do eleitor", diz o economista Mauro Rochlin, da FGV. "Hoje, o país chega às vésperas da eleição presidencial mais pobre e com mais desempregados após dois anos consecutivos de recessão econômica." Da fantasia ao desalento: emprego patina e falta trabalho para 12,4% Por que o Brasil não consegue voltar a crescer? Desemprego Desde a primeira década de 2000, o mercado de trabalho mostrava uma recuperação na capacidade de geração de empregos, e o País caminhava para o chamado "pleno emprego", acompanhado ainda do crescimento médio da renda dos trabalhadores. Mas, em 2014, chegou o primeiro sinal forte de que as coisas não iam bem: o país abriu apenas 623 mil empregos formais – uma redução de 58% frente ao ano anterior, quando haviam sido criadas 1,49 milhão de vagas. O resultado de 2014 foi o pior desde 1999. Nos anos seguintes, o desemprego continuou sofrendo os reflexos da crise econômica pela qual o país passava, com a queda de oito trimestres consecutivos do PIB, de dezembro de 2014 até o primeiro trimestre de 2017. O indicador cresceu 1% no ano passado, mas o mercado de trabalho, por ser o último a reagir aos movimentos de baixa e alta da economia, ainda não sentiu uma retomada mais consistente. Atualmente, o Brasil registra uma taxa de 12,3%, ou seja, 12,9 milhões de desempregados. Produto Interno Bruto (PIB) Em 2014, a economia já estava em ritmo de desaceleração após as altas de 7,5% (em 2010), 4% (2011), 1,9% (2012) e 3% (2013). Segundo analistas, a origem da crise se deu pelo fato de, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, o governo aumentar excessivamente os gastos, gerando o aumento da dívida pública. Por outro lado, incentivou-se o consumo das famílias e, em 2014, elas já estavam endividadadas e freando o consumo. Mesmo assim, a economia registrou uma alta de 0,5%. A partir de 2015, governo e famílias reduziram seus gastos. Isso se deu não só devido ao endividamento, mas também por causa das altas taxas de juros que, em 2015, alcançaram 14,25%. Após dois anos de retração, a economia voltou a crescer em 2017. O ano de 2018 mostra famílias brasileiras sendo ainda pressionadas pela elevada taxa de desemprego, e empresas investindo de forma limitada devido à incerteza eleitoral, prejudicando uma retomada mais consistente da economia. Já o governo, com a dívida pública no vermelho, não tem margem de manobra para realizar investimentos. Inflação Em 2014, a inflação de 6,41% foi levemente mais alta em comparação aos 5,91% do ano anterior por causa do aumento dos preços de alimentos e da habitação. Já em 2015, o índice chegou a 10,67%, bem acima da meta do governo de 6,5%. Entre os vilões da grande alta estavam os chamados "preços administrados" (como energia elétrica e combustíveis), que o governo segurou artificialmente nos anos anteriores e que tiveram seus valores reajustados por Dilma Rousseff após vencer a reeleição. Após a readequação, as tarifas controladas não subiram tão rápido em 2016 e, conseqüentemente, não pesaram tanto na inflação. Entre 2016 e 2017, a inflação registrou uma rápida queda devido à crise econômica. Sem dinheiro e emprego, os brasileiros

consumiram menos e, devido a uma menor demanda, as empresas tiveram mais dificuldades de aumentar os preços dos produtos. A inflação de 2,95% em 2017 foi a menor desde 1998, quando os preços subiram apenas 1,65%. Em 2018, o Brasil vê uma pequena elevação do índice devido à alta de custos como dólar, combustíveis e energia elétrica. De acordo com previsões do Relatório Focus de 14 de setembro, do Banco Central, a inflação deverá fechar o ano em 4,09%. Dólar A cotação da moeda americana subiu 12,78% ao longo de 2014, fechando em R\$ 2,659. Os principais motivos eram as preocupações e incertezas agravadas pelo cenário eleitoral e pela indefinição do panorama político, o que deixou na época os investidores inseguros. Após a reeleição de Dilma Rousseff, os investidores se voltaram para a nova equipe econômica anunciada pela presidente no final de novembro e para quais seriam as medidas que seriam adotadas no segundo mandato. Nos anos seguintes, o movimento de valorização do dólar em relação ao real se manteve. Entre os principais motivos estava a elevada dívida pública brasileira, que é considerada por especialistas como o calcanhar de Aquiles do País. Em 2018, o dólar continuou a escalada de alta devido aos cenários externo – taxa de juros americana e a guerra comercial entre China e EUA – e interno – incertezas sobre o cenário eleitoral, dúvidas do mercado sobre o compromisso dos candidatos com o ajuste fiscal e investidores buscando proteção cambial.

 Desemprego atinge 13 milhões de brasileiros